



O ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral em entrevista à Folha. Eduardo Araujo - 8. Mar. 2023 / Folia/Agencia

Justiça anula 3 condenações de Cabral e reduz penas em 10%

Juizes consideraram que operações não deveriam ser conduzidas por Marcelo Bretas

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O TPI-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) declarou nesta quarta-feira (6) a incompetência do juiz Marcelo Bretas de atuar em três processos no qual condenou o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral. Os magistrados entenderam que o ex-governador do Rio de Janeiro não tinha competência para atuar nas operações Unifair Play, Cest fino e Ratoatouille. A decisão anula as sentenças proferidas e reduz em 42 anos e 6 meses o volume de penas do ex-governador. O somatório agrava e de 235 anos a meses e 29 dias.

Por meio de nota, a defesa do ex-governador afirmou que "permanece batalhando para que estes danos irreparáveis da famigerada Operação Lava Jato sejam, ao menos, minimizados". "Finalmente, após dez anos, as anulações das ações penais, reconhecimento de ausência de justa causa, incompetência, dentro outras atrocidades processuais, vêm sendo reconhecidas. Enfim, estamos diante de uma luta histórica em favor dos direitos e garantias fundamentais, um dos pilares do Estado democrático de Direito", afirmaram os advogados Patrícia Proietti e João Pedro Proietti.

O julgamento desta quarta-feira acompanha decisões anteriores do TPI-3 e do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre Bretas. A atuação do magistrado, segundo o entendimento das cortes superiores, se restringiu às ações que envolvem propina paga por empreiteiras.

A operação Unifair Play tratava do suposto pagamento de propina a membros do COI (Comitê Olímpico Internacional) durante a votação que decidiu Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016 —ação também tinha como réu o ex-presidente do COB (Comitê Olímpico do Brasil) Carlos Arthur Nuzman. Ação penal sobre a suposta propina pela Rio-16 poderá ser retomada por outro juiz, mas há possibilidade do crime estar prescrito para Nuzman, já que o prazo para abertura de processo contra idoso é menor —o ex-presidente do COB tem 81.

Nuzman foi condenado a quase 31 anos de prisão, e Cabral, a 10 anos e 8 meses sob acusação de envolvimento no pagamento de propina ao senegalês Lamine Diack, membro do COI (Comitê Olímpico Internacional), morto em 2021, como compra de votos no COI para o Rio ser sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Em nota, a defesa de Nuzman afirmou que Bretas "demonstrou não ter isenção, cometeu diversas arbitrariedades, se aliou ao Ministério Público e avocou para si um processo que não era de sua alçada".

O Tribunal fez valer a Constituição e impediu a perpetuação da violência jurídica", afirmou o advogado João Francisco Neto, que representa o ex-presidente do COB. Nuzman sempre negou a acusação. afirmou que não tinha conhecimento de nenhum pagamento e que a escolha do Rio foi resultado do esforço empenhado pelo comitê de candidatura.

Sua defesa também disse que o caso tratava de uma possível corrupção privada, crime não previsto na legislação brasileira. O magistrado entendeu, porém, que o COB é uma entidade de caráter público e que Nuzman contou com benefícios conferidos a "seletos funcionários públicos", como passaporte diplomático, durante a campanha. O dirigente ficou preso preventivamente por 15 dias, mas foi solto por habeas corpus do STJ (Superior Tribunal de Justiça). A investigação levou à renúncia do cartola da presidência do COB após 22 anos no comando da entidade.

Cabral também nega, inicialmente, a acusação. Em 2018, chegou a classificar a acusação da Procuradoria como um "preconceito racial". Contudo, o ex-governador mudou a estratégia em 2020, decidiu confessar e, em novo depoimento, confirmou o pagamento de propina. Ele afirmou que o dinheiro repassado compraria até nove votos, citando ex-deputados estrangeiros. Disse também que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), ambos à época no cargo, sabiam do pagamento, mas sem participação. Ambos negam ter conhecimento da propina. Após obter a liberdade em 2021, o ex-governador voltou a negar a propina.

Quatro cidades foram candidatas na eleição de 2009 —além do Rio, concorreram Madrid, Tóquio e Chicago. A vitória foi definida por eliminação. A cada rodada, a cidade menos escolhida era retirada da disputa, iniciando-se nova votação. "Ele [Nuzman] chegou com o Leo Grynner [então diretor do Comitê Rio 2016]. Olha, governador, nós temos todas as chances de ganhar. Fizemos uma campanha bonita, em três níveis de governo envolvidos. O presidente da federação internacional de atletismo, Lamine Diack, se abre para vantagens indevidas. Fizemos contato com ele. E há uma garantia de cinco a seis votos. E eles querem US\$ 1,5 milhão", relatou Cabral em 2019, quando confessou.

O emedebista relatou na ocasião que Nuzman e Grynner o procuraram depois pedindo mais US\$ 500 mil a fim de garantir até nove votos. A operação Ratoatouille envolvia repasses do empresário Marco Antônio de Luca por contratos de fornecimento de serviços no governo estadual. O braço da Cest foi anulado envolvendo o empresário Georges Sadala, também com contratos com a gestão Cabral (2007-2014) no RJ.

Cabral deixou a cadeia em dezembro de 2022 após seis anos detido preventivamente sob acusação de cobrar 5% de propina sobre grandes contratos de sua gestão no Governo do Rio de Janeiro (2007-2014). Foi mais longo o último preso da Lava Jato a deixar a cadeia. Ele nega as acusações. A liberdade foi obtida após uma sequência de vitórias iniciadas em 2021 contra decisões de Bretas, responsável pela Lava Jato na Justiça Federal do Rio de Janeiro e autor de 18 das 18 sentenças ainda válidas contra o ex-governador. Ele cumpriu por dois meses recolhimento domiciliar, mas em fevereiro do ano passado foi autorizado a circular livremente com a tornozeleira eletrônica. Passou a usar de farda intensiva às redes sociais, chegou a ser escolhido como embaixador de escola de samba e, em novembro, disse que quer se candidatar a deputado federal "caso a Justiça permita". Apesar das vitórias obtidas nesta quarta-feira, o ex-governador ainda acumula 18 condenações válidas. Das delas já foram confirmadas em segunda instância e as tentativas para reverter não tiveram sucesso.

Elas impedem, a princípio, uma eventual candidatura almejada por ele, em razão da Lei da Ficha Limpa.

Finalmente, após dez anos, as anulações das ações penais, reconhecimento de ausência de justa causa, incompetência, dentre outras atrocidades processuais, vêm sendo reconhecidas

Patrícia e João Pedro Proietti advogados de Cabral

Bolsonarista é eleita presidente da CCJ; Nikolas fica com Educação

Victoria Azevedo

BRASÍLIA A deputada federal bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC) foi eleita presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara nesta quarta (6), num revés para o governo Lula (PT). Foram 49 votos favoráveis e 9 brancos. A CCJ é a principal comissão da Casa, já que todos os projetos tramitam por ali. Em seu segundo mandato, Caroline é a 14ª mais bolsonarista do PL e em 2023 fez diversas intervenções contra o governo. O PL também indicou Nikolas Ferreira (PL-MG) para comandar a Comissão de Educação. Ele foi eleito com 45 votos favoráveis e 13 em branco, e sob protestos de parlamentares da esquerda.

Nikolas é um dos nomes mais ativos da oposição ao governo Lula (PT) na Casa. Ele foi o deputado federal mais votado no país em 2022, com 1,49 milhão de votos.

No começo da sessão da CCJ, o deputado Rui Falcão (PT-SP), que preside o colegiado em 2023, agradeceu a colaboração dos colegas e disse que ela foi fundamental para que o ano tivesse sido bem-sucedido, com bons debates e boa convivência, sem que houvesse qualquer tipo de perturbação, de provocações.

Após ser eleita, Caroline disse que encara com muita responsabilidade a posição que assume e que faria uma "gestão com transparência, equilíbrio e ouvindo todas as bancadas". "Os parâmetros da nossa atuação serão estabelecidos em duas normas muito específicas na Constituição e no regimento interno da Câmara. Por isso, não teremos surpresas nem inovações, temos esse espírito conservador de poder cumprir essas normas".



A deputada bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC), nova presidente da CCJ. Pedro Ladeira/Folia/Agencia

A escolha de Nikolas para a Educação gerou insatisfação entre líderes da base governista, que avaliaram ser uma afronta ao Executivo o nome de parlamentar para presidir uma comissão considerada estratégica para o governo. Na tarde desta quarta, líderes partidários se reuniram com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para pedir o adiamento da instalação dos

colegiados. O pedido, no entanto, foi negado. Parlamentares reclamam da falta de tempo para realizar as negociações sobre composição da comissão. Já líderes da base queriam mais tempo para tentar reverter a indicação de Nikolas.

Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), diz que houve um acordo com o PL, para que o PT pudesse

indicar o primeiro vice-presidente do colegiado da Educação. Em troca, o partido de Bolsonaro indicará o primeiro vice da Comissão da Saúde, que será presidida pelo PT.

"Os partidos têm as prerrogativas para indicar os nomes que quiserem, nós fizemos várias ponderações sobre algumas indicações. E ao final o PL não abre mão e nós vamos pacificar. Eleição indicar o vice da Comissão de Saúde e o PT vai indicar o vice da Comissão de Educação para atenuar essas tensões todas. Mas tem um compromisso do líder [do PL] Altineu [Cortes] de não criar nenhuma dificuldade nas políticas que o ministro Camilo Santana está desenvolvendo", disse.

Evidentemente, quem vai presidir uma comissão da importância dessa não pode fazer qualquer loucura. Nós vamos atuar para trabalhar e não ter nenhum sobresalto e muito menos perseguição às políticas educacionais que o governo está realizando", continuou o deputado.

Guimarães afirmou ainda que a prioridade do Executivo era ter o comando da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. O colegiado aprova projetos como o dos ministros para prestar esclarecimentos e foi usado em 2023, pela oposição para desgastar o Executivo.

A federação PT-PC do B-PV comandará seis comissões: Saúde, Fiscalização Financeira e Controle, Cultura, Direitos Humanos, Amazônia e Povos Originários e Mulheres.

Líder da oposição na Câmara, o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) diz que Nikolas tem "total legitimidade" para presidir o colegiado, que "historicamente é presidido e dominado pela esquerda".

"Acreditamos que é um nome apropriado, que tem a visão de educação que nós acreditamos, uma visão que a escola e os ambientes escolares devem ser lugares de transmissão de conhecimento e não para imposição ideológica de visões políticas de professores", diz Jordy à Folha.

No ano passado, a comissão foi presidida por Moses Rodrigues (União Brasil-CE). Além da Comissão da Educação e da CCJ, o PL também vai presidir os colegiados de Esporte, de Segurança Pública e de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família. Para o último, indicará para o cargo de presidente Pastor Eurico (PL-PE).

Em 2023, o colegiado foi composto majoritariamente por parlamentares da oposição, provocou questionamentos sobre a possibilidade de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil —Eurico foi o relator dessa matéria.